

folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Covid-19, Tecnologia Digital e Educação: reflexões sobre a suspensão das aulas no contexto das escolas e creches comunitárias do Município de Camaçari, BA

Raquel Alves Sobrinho

Mestra em Ciências da Educação, pela Universidad Autónoma del Sur (UNASUR), Paraguai. Professora da Faculdade Metropolitana de Camaçari (FAMEC).

raquel.preparacao@gmail.com

Jurandir de Almeida Araújo

Mestre em Educação e Contemporaneidade, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor da Fundação Visconde de Cairu (FVC).

jruan-araujo@hotmail.com

Barbara Coelho Neves

Pós-Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Educação e Mestra em Ciência da Informação, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Adjunta da UFBA e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFBA.

barbaran@ufba.br



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição- NãoComercial-Compartilhado 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Resumo

O presente artigo tem como objetivo tecer uma análise crítico/reflexiva acerca do uso de aparatos tecnológicos digitais conectados à internet nas instituições comunitárias de Educação Infantil, em relação a minimização dos prejuízos causados pelo fechamento das escolas em decorrência da pandemia de Covid-19. A utilização desses equipamentos tem sido um dos principais meios para que a educação escolar aconteça de forma remota. A metodologia foi do tipo estudo de caso com abordagem qualitativa. Como resultado, o estudo revelou que as profissionais que atuam nas instituições comunitárias de ensino, têm se reinventado na busca de sistematizar propostas pedagógicas que diminuam os abismos que separam as aulas presenciais das aulas remotas. Por fim, destaca que as lacunas têm sido minimizadas com o uso dos aparatos tecnológicos digitais conectados à internet.

Palavras-chave: Covid-19. Tecnologias Digitais. Educação Infantil.

Covid-19, Digital Technology and Education: reflections on the suspension of classes in the context of schools and community crèches in the Municipality of Camaçari, BA

Abstract

This article aims to carry out a critical / reflexive analysis about the use of digital technological devices connected to the internet in community institutions for Early Childhood Education, in relation to minimizing the losses caused by the closure of schools due to the Covid-19 pandemic. The use of this equipment has been one of the main means for school education to take place remotely. The methodology was a case study with a qualitative approach. As a result, the study revealed that the professionals who work in the community teaching institutions, have reinvented themselves in the search to systematize pedagogical proposals that reduce the gaps that separate the classroom from remote classes. Finally, it highlights that the gaps have been minimized with the use of digital technological devices connected to the internet.

Keywords: Covid19. Digital Technologies. Child Education.

1 Introdução

As instituições comunitárias de Educação Infantil, no município de Camaçari, no estado da Bahia, têm como princípio base à efetivação da educação na primeira infância conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Buscando suprir as lacunas deixadas pelo município na oferta de vagas nesta etapa de ensino, se constituindo como principais espaços de acolhimento social e educativo de crianças menores de seis anos de idade na cidade, isto é, ambientes de inclusão socioeducacional de crianças em situação de vulnerabilidade social e de risco pessoal. Também como uma opção para as famílias socioeconomicamente menos favorecidas deixarem seus filhos e filhas pequenas com segurança enquanto os adultos trabalham (ALVES SOBRINHO; ARAÚJO, 2018).

Criadas e administradas por organizações sociais do Terceiro Setor, as escolas e creches comunitárias, situadas em comunidades carentes, considerando os espaços vulneráveis onde as políticas públicas de educação deixam a desejar, acabam por assumir o papel do Estado na oferta de vagas na educação infantil. Estas, compreendem a carência e necessidade da oferta da Educação Infantil no município e que Educação, Estado e Política são conexões necessárias para o enfrentamento das dificuldades que as comunidades carentes de Camaçari vivem diariamente, por ser uma tríade essencial na formação integral dos cidadãos. Essas instituições de ensino comunitário, é importante destacar, não se enquadram como instituições públicas nem como instituições privadas, ficando na intercessão, no entanto, fazendo a diferença na vida de muitas famílias nas comunidades onde estão inseridas, oferecendo educação de tempo integral e contribuindo para o pleno desenvolvimento das crianças pequenas, atendendo necessidades básicas da infância nos aspectos da vida em sociedade, principalmente no que diz respeito ao social e ao educacional.

Contudo, compreende-se que as políticas públicas educacionais devem seguir uma agenda de demandas oriunda de produtos e ações entre governos e os atores educacionais. Mas, no caso da Educação Infantil, nem sempre é o que ocorre. Diante disso, as instituições de ensino comunitário voltadas para a primeira infância, em Camaçari, acabam por se tornarem protagonistas nesse processo. Frente a negligência das autoridades competentes, elaboram e organizam formas estratégicas de promoção da Educação Infantil no município, implantando o que acreditam ser o melhor para as crianças e para a comunidade escolar.

Mas, diante do contexto atual de isolamento social, medida tomada para preservação da saúde e proteção da vida diante da pandemia de Covid-19, as aulas foram suspensas e, com isso, os 200 dias letivos obrigatórios foram prejudicados, gerando com isso um tensionamento acerca do que fazer. Amparados na legislação e no trabalho solidário, coletivo e colaborativo, os/as gestores/as e coordenadores/as pedagógicos/as das escolas e creches comunitárias de Camaçari, juntamente com as docentes e os familiares das crianças, têm buscado meios para minimizar os prejuízos causados na vida educacional dos sujeitos por elas atendidos em decorrência da suspensão das aulas. Considerando que, como ressalta a Campanha Nacional pelo Direito a Educação (2020b, p. 5), “[...] enquanto não houver segurança a saúde e a situação não se normalizar, as aulas devem permanecer suspensas, sob pena de colocar em risco a vida de milhares de pessoas”. A esse respeito, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (MENSAGENS..., 2020, p. 3) observa que “a proteção das crianças e das instituições de ensino é de extrema importância”.

Nesta perspectiva, o artigo ora apresentado tem como objetivo tecer uma análise crítico/reflexiva acerca do uso de aparatos tecnológicos digitais conectados à Internet pelas instituições comunitárias de Educação Infantil na minimização dos prejuízos causados pelo fechamento das escolas em decorrência da pandemia de Covid-19. Um vírus que tem mexido com o social e o psicológico de crianças, adolescentes, adultos e idosos e expõe a fragilidade da vida humana, colocando o mundo todo na busca pela cura. Assim, parte-se dos pressupostos teóricos de Avelino e Mendes (2020, p. 61) quando afirmam que “[...] mais do que saber reconhecer os problemas, cabe aos políticos, corpo docente, alunos, responsáveis e população em geral, uma mudança de comportamento, ao ter consciência que, educar vem atrelado a uma ação”.

2 Procedimentos Metodológicos

Metodologicamente ancorado na pesquisa de abordagem social qualitativa, esse estudo de caso tem como questão problema: como as gestoras e coordenadoras pedagógicas das escolas e creches comunitárias do município de Camaçari percebem e utilizam as tecnologias digitais para amenizar os prejuízos causados pela suspensão das aulas em decorrência da pandemia da Covid-19? A opção por essa metodologia se deu por (se) considerar que “[...] o pesquisador que trabalha com estratégias qualitativas atua com matéria-prima das vivências, das experiências, da cotidianidade e também analisa as estruturas e as instituições, mas entendem-nas como ação humana objetivada” (MINAYO, 2015, p. 24). Além disso, como pontua a referida autora, os dados são coletados diretamente no ambiente natural onde a problemática acontece e tem o pesquisador como principal agente na coleta dos mesmos.

Para tanto, compreendendo que “[...] tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, as hipóteses levantadas e que se queria confirmar, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 33), optou-se pela aplicação de um questionário, contendo 11 (onze) questões abertas, com as gestoras e coordenadoras pedagógicas (todas mulheres) das instituições de ensino em questão no qual se buscou respostas para os seguintes descritores: Impactos e prejuízos, plano de contingência, atividades remotas, contato com os órgãos gestores da prefeitura, aparatos tecnológicos digitais conectados à internet utilizados para trabalhar home office, orientação do Conselho Municipal de Educação em relação ao cumprimento dos 200 dias letivos, formação continuada dos professores, relação das escolas com as famílias, estratégias traçadas para minimizar o distanciamento entre a escola e os alunos.

O questionário, segundo Gil (1999, p. 128), pode ser definido “[...] como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Respalhando, desta forma, o uso desse instrumento na coleta dos dados.

O município de Camaçari possui 17 escolas e creches comunitárias, no entanto, apenas 11 delas possuem convênio com a prefeitura, as demais ainda não conseguiram a parceria com Secretária de Educação do município. Dessa forma, optou-se por aplicar o questionário apenas com as gestoras e coordenadoras pedagógicas das instituições comunitárias conveniadas, uma vez que a pesquisa toca em questões sensíveis que dizem respeito ao trabalho desenvolvido por estas instituições em parceria com a Secretária de Educação do município.

A aplicação do questionário se deu por meio do Google. Colaboram com a pesquisa, três gestoras e oito coordenadoras pedagógicas, totalizando onze participantes, as quais ao responder o questionário concordaram com a utilização das suas respostas para fins acadêmicos/científicos. Por questões éticas e para preservar a identidade das mesmas lhes foram atribuídos nomes fictícios. E como forma de homenagear todas as profissionais que atuam na área educacional, atribuímos nomes de mulheres que se destacaram ao longo da história na luta por uma sociedade mais justa e humanitária. Vale salientar que os nomes das entrevistadas foram trocados para manter o anonimato.

3 A educação escolar no contexto da pandemia de Covid-19

O fechamento das escolas como medida de combate à disseminação da Covid-19 impactou profundamente no pensar e fazer educacional dos brasileiros. Uma situação sem precedentes na educação e que desafia todos os envolvidos como o processo educativo (professores, alunos, gestores, coordenadores pedagógicos, pais/responsáveis e autoridades competentes) a fazer com que a educação escolar aconteça nesse período de crise.

Enquanto perdurar o distanciamento social, as instituições de ensino precisam criar estratégias para garantir a educação e reduzir os prejuízos causados pelo vírus na vida acadêmica, pessoal e social dos estudantes. No entanto,

[...] por mais que a situação de pandemia vivida no país seja uma situação nova, pensar as saídas requeridas para os problemas decorrentes dela não pode ser de forma açodada, precisa buscar os melhores caminhos, que serão sempre aqueles que primam pela inclusão e garantia do direito à educação (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020b, p. 18)

Não podemos nos esquecer que “as crianças e jovens de hoje são cidadãos globais, poderosos agentes de mudança, e representam a próxima geração de cuidadores, cientistas e médicos. Toda e qualquer crise é uma oportunidade de ajudá-los a aprender, cultivar a compaixão e aumentar sua resiliência, bem como de construir uma comunidade mais segura e mais acolhedora” (MENSAGENS..., 2020, p. 3).

É preciso compreender que, para além da interrupção do processo de ensino aprendizagem, o fechamento das escolas, conforme sinaliza a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, desencadeia uma série de efeitos para os estudantes e seus familiares, a saber:

1. **Nutrição:** muitos estudantes, especialmente aqueles mais pobres, contam com a merenda para compor a alimentação diária; 2. **Mães, pais ou tutores não preparados para educação à distância:** isso é especialmente verdade para pais com níveis educacionais mais baixos ou recursos limitados, especialmente aqueles mais pobres; 3. **Acesso desigual a plataformas digitais e Internet adequada:** esse é um obstáculo ao aprendizado contínuo, especialmente para estudantes de famílias mais pobres; 4. **Lacunas na assistência à infância e exposição a violências:** na ausência de alternativas, os pais que seguem trabalhando, de casa ou não, acabam deixando as crianças sozinhas por longos períodos de tempo, expondo-as a situações diversas de risco; 5. **Pressão não intencional no sistema de saúde:** as mulheres geralmente representam uma grande parcela dos profissionais de saúde e ainda são, ao mesmo tempo e lamentavelmente, as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças. Por isso, muitas vezes, elas não podem comparecer ao trabalho devido às obrigações de cuidados com os filhos, resultantes do fechamento das escolas. Isso significa que muitas profissionais da área não estão nas instalações onde são mais necessárias durante uma crise de saúde (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020a, p. 05, grifo do autor).

A esse respeito, Oliveira e Souza (2020, p. 22) ressaltam que

[...] é importante ter em mente que os problemas educacionais decorrentes da crise podem envolver aspectos de outras naturezas (sociais, psicológicas, etc.) que não estejam necessariamente relacionados ao repasse de conteúdos programáticos ou a utilização de mecanismos de avaliação aos quais os estudantes são submetidos.

A alimentação, sem dúvida, é um desses problemas, pois para muitos estudantes, principalmente os de famílias em situação de vulnerabilidade, o alimento oferecido na escola, muitas vezes, é a única refeição que fazem no dia. E com a suspensão das aulas, muitos deles passarão por privação alimentar.

Assim sendo, pode-se asseverar que as famílias e os estudantes de baixa renda e em situação de vulnerabilidade, certamente, são os maiores prejudicados com o fechamento das escolas e suspensão das aulas. Mesmo as escolas traçando estratégias para amenizar os prejuízos causados no que diz respeito ao ensino aprendizagem, as soluções encontradas têm suas limitações no sentido de contemplar todos os estudantes, uma vez que as atividades remotas propostas, em sua maioria, requerem o uso de aparatos tecnológicos digitais conectados à internet. E isso configura-se como um problema para muitos estudantes que não têm acesso ou têm acesso limitado às tecnologias digitais e à internet. Com isso, excluídos e tendo a garantia do direito à educação negligenciado.

Em 2018, segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 58% dos domicílios brasileiros não tinham acesso a computador e 33% não dispunham de internet. Ainda de acordo com a referida campanha, nenhum estado da federação chega a 80% de acesso com conexão por banda larga e mais da metade dos estados não chega a 60% com esse tipo de conexão (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020a, 2020b). Logo, como observam Avelino e Mendes (2020, p. 58),

[...] a falta de recursos tecnológicos destinados à educação acaba por inviabilizar ainda mais o acesso à educação durante a pandemia, se antes a dificuldade estava em chegar até as escolas, agora muitos alunos vão enfrentar o fato de não terem recursos suficientemente para acompanhar as aulas online e executar as atividades solicitadas.

Quer dizer, não dispõem de aparatos tecnológicos digitais conectados à internet para realizar as atividades remotas propostas como solução para o período de isolamento social.

Não há dúvida de que:

Com a internet, surgiu o potencial de termos um meio de comunicação verdadeiramente interativo no qual as pessoas podem se tornar criadoras, cocriadoras, curadoras ou editoras, e não apenas consumidoras de conteúdos. A internet cria o potencial para relações horizontais de comunicação entre as pessoas, ao invés de depender apenas de relações exclusivamente hierárquicas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016, p.18).

Entretanto, para isso é preciso ter as condições materiais adequadas, acessos aos aparatos tecnológicos digitais conectados à internet, assim como familiaridade em utilizá-los. O conhecimento, no mundo contemporâneo, é considerado como de livre circulação e acessibilidade, mas, para tal, é necessário domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e, principalmente, formação intelectual e que tem na escola lugar de destaque para essa formação. Ademais, o fato de o Brasil ser um país de dimensão continental, como pontuam Avelino e Mendes (2020, p. 60):

[...] nem todas as crianças têm acesso à internet e as atividades propostas pelos educadores não chegam a elas. Além do mais, o ambiente de casa nem sempre é propício, repletos de violência doméstica, alimentação inadequada, iluminação precária, falta de orientação dos educadores para as atividades, entre outros problemas recorrentes no âmbito familiar que prejudicam a conclusão dessas atividades.

As desigualdades sociais e regionais influenciam para essas situações de que nos falamos Avelino e Mendes (2020) na citação acima. Existem algumas políticas públicas de inclusão digital que se efetivadas como propostas, diminuiriam os prejuízos causados pela suspensão das aulas nesse momento de crise, motivado pela Covid-19. O parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), publicado no dia 30 de abril de 2020, trata da possibilidade da continuidade das atividades escolares por meios digitais, porém a falta da efetividade das políticas públicas de informatização das escolas e de inclusão digital é algo que impacta no momento atual. Fala-se de parceria com as operadoras de telefonia em oferecer planos de acesso com um custo acessível às famílias de baixa renda, mas isso parece ficar apenas no plano do discurso, não se concretizando na prática. Existem programas implementados, por exemplos o Programa Nacional de Banda Larga, o Programa Cidades Digitais e o Escola Conectada, estes, se efetivados conforme o previsto, potencializariam a realização das aulas remotamente, assim como proporcionariam autonomia aos alunos e aos professores como estratégia pedagógica. Diminuindo, dessa forma, os prejuízos tanto no campo pedagógico quanto no campo social.

A Educação a Distância (EaD) tem sido potencializada como principal alternativa para continuidade da educação escolar diante do fechamento das escolas e suspensão das aulas presenciais em decorrência do isolamento social. No entanto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, é contra o uso da EaD como ferramenta de auxílio as atividades presenciais na educação básica pelos seguintes motivos:

Fatores pedagógicos: a necessidade de atividades interacionais, lúdicas e afetivas na educação infantil; fortalecimento das relações cognitivas e de interação social nas demais etapas do ensino básico, além da pouca autonomia didática dos jovens nessa fase escolar. Fatores de condições de acesso e sociais: muitas famílias possuem baixa escolaridade, moram em cômodos únicos com uma televisão, sem computadores e por vezes com mais de um aparelho celular, mas sem acesso à internet banda larga; a depender dos instrumentos a serem empregados para atividades escolares não presenciais, a maior parte dos estudantes não terá como acessar ou desenvolver plenamente os conteúdos com qualidade (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020b, p. 21).

Olhando por essa ótica, percebe-se o grande desafio que os profissionais da escola da educação infantil, em particular da rede pública e das organizações comunitárias, devem levar em consideração ao pensar estratégias didáticas pedagógicas para desenvolver atividades remotas nessa etapa da educação. Tanto os fatores pedagógicos quanto os fatores de condições de acesso e os sociais influenciam expressivamente nas dificuldades que estes profissionais têm de enfrentar para fazer com que a educação escolar aconteça e assim, garantir o direito à educação.

Ainda de acordo com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a CNTE apresenta os pressupostos pelos quais devem ser pautadas as ofertas contingenciais de educação não presenciais durante o período de distanciamento social:

A oferta escolar em caráter oficial precisa atender aos preceitos fundamentais de **acesso universal** dos estudantes e de padrão de qualidade para todos. As **tecnologias** para difusão das aulas remotas **não podem se pautar em processos de mercantilização e privatização** da educação. A coexistência da educação pública e privada e as diferenças socioeconômicas dos estudantes dessas duas redes de ensino exigem **tratar desigualmente os desiguais**. Os apontamentos de universidades (instituições de excelência na educação) e de entidades gestoras da educação básica, especialmente em âmbito municipal, sobre a utilização da EaD. A importância de se **manter os contratos e as remunerações integrais** dos trabalhadores da educação (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020b, p. 21, grifo do autor).

Tais pressupostos têm sido problematizados e levados em consideração pelos estados e municípios na elaboração do plano contingencial para a educação. Os debates e propostas sobre as possibilidades já vêm ocorrendo desde o início dos fechamentos das escolas, no entanto, contingenciar educação aos diversos educandos, em virtude de suas realidades, tem sido um dos maiores desafios nesse momento.

O CNE, que anteriormente era contrário à Educação Infantil EaD, diante do contexto atual, passou a considerar a necessidade de se adotar atividades remotas utilizando tecnologias digitais conectadas à Internet, de modo que as crianças continuem tendo uma rotina escolar. No parecer nº. 05/2020, no que diz respeito aos direitos e aprendizagem, pontua que “[...] enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 9). Acrescenta ainda que as atividades para os alunos socioeconomicamente menos favorecidos precisam ser ponderadas levando em consideração esse aspecto, buscando incluí-los digitalmente, uma vez que um número expressivo não tem acesso ou acesso limitado à internet.

Conforme ressalta o parecer supracitado, “[...] sabe-se que quanto mais novas são as crianças, mais importante é o trabalho de intervenção educativa e interação social para o seu desenvolvimento cognitivo e socioemocional” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 9). São indicadas também os tipos de atividades a serem encaminhadas as famílias, a saber:

Para **crianças das creches (0 a 3 anos)**, as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas infantis. Para auxiliar pais ou responsáveis que não têm fluência na leitura, sugere-se que as escolas ofereçam aos cuidadores algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas nas atividades e garantir a qualidade da leitura. Já para **as crianças da pré-escola (4 e 5 anos)**, as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e algumas atividades em meios digitais quando for possível. A ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, conversas, jogos, desenhos, entre outras para os pais ou responsáveis desenvolverem com as crianças. As escolas e redes podem também orientar as famílias a estimular e criar condições para que as crianças sejam envolvidas nas atividades rotineiras, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem. Além de fortalecer o vínculo, este tempo em que as crianças estão em casa pode potencializar dimensões do desenvolvimento infantil e trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 10, grifo nosso).

Nesta perspectiva, as escolas e creches comunitárias do município de Camaçari, antes mesmo da homologação do parecer supracitado, já vinham de forma contingencial buscando diminuir as consequências da suspensão das aulas na vida das crianças por elas atendidas. Assim como contemplando as orientações da Secretaria de Educação (SEDUC) do município que, no dia 5 de maio de 2020, encaminhou as instituições de educação infantil um documento institucional (organizacional) a respeito das atividades remotas a serem desenvolvidas nessa etapa da educação.

4 Resultados e discussão

As instituições comunitárias, independentemente de ser educacional ou não, são espaços de inclusão, transformação e formação social e, por conseguinte, de melhoria da qualidade de vida dos sujeitos por elas atendidos. No que diz respeito aos espaços educacionais comunitários, a interação escola, família e comunidade é essencial no desenvolvimento das ações socioeducativas, na qualidade dos serviços oferecidos e para o fortalecimento da confiança depositada pelos pais/responsáveis em deixarem seus filhos sob os cuidados dos profissionais que nelas atuam. Nessas instituições, tanto as famílias quanto a comunidade são estimuladas e costumam participar regularmente nas tomadas de decisões que orientam o funcionamento das instituições em questão. Esse trabalho coletivo e cooperativo possibilita os profissionais conhecer melhor o universo sociocultural das crianças, isto é, o meio familiar e social em que vivem (ALVES SOBRINHO; ARAÚJO, 2018).

Assim como era antes, o momento atual requer de todos os envolvidos com o processo educativo uma ação solidária, coletiva e cooperativa, inclusive resiliência. É verdade que não houve tempo hábil para preparar as crianças e as famílias, como observa a Coordenadora Malala Yousafzai, “o fechamento de forma desesperada das escolas, não houve um tempo preparatório para informar às crianças - ainda que já estivéssemos tratando do assunto Covid-19 com elas - sair da rotina

de modo rápido e urgente, não foi bom para elas.” Espera-se que as crianças continuem com uma rotina de estudos remotos que rememore em suas memórias afetivas à escola.

Contudo, é preciso entender que a Educação Infantil é uma etapa da educação escolar que requer uma dinâmica própria da infância. Então, como fazer com que as famílias estabeleçam uma rotina escolar? Decerto que não há uma receita pronta, assim como na sala de aula cada professor desenvolve a sua própria forma de trabalhar com as crianças, cada família também desenvolve suas estratégias para que seus filhos aprendam em casa. Compreende-se que a aprendizagem escolar não acontece apenas no espaço da escola, mas em outros espaços que os estudantes se disponham a estudar, inclusive no conforto do lar. Assim sendo, o que as famílias precisam fazer é estimular e apoiar os seus filhos a estudar em casa. Neste sentido, as escolas e creches comunitárias, segundo a Coordenadora Maria Tomásia, tem orientado as famílias “como organizar o tempo dos pequenos na realização das atividades em casa, (seguindo também as orientações da Secretaria de Educação) na aplicação destas atividades que desenvolvam habilidades e gerem conhecimento tanto para as crianças como para os pais”.

As incertezas são constates, não se sabe, ainda, o que vem pela frente. Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, estudantes e familiares se veem diante de uma situação excepcional. É tudo muito novo para todos. Os desafios e as perspectivas de fazer acontecer são muitos. As ações educativas estão ocorrendo de forma remota, tendo os aparatos tecnológicos digitais conectados à internet como principais recursos para que a escola não se desconecte da vida dos partícipes da educação escolar. Os impactos da pandemia da Covid-19 na educação são diversos e, certamente, perdurarão por muito tempo, assim, é urgente traçar estratégias para diminuí-los. E as famílias, sem dúvida, são as principais bases para que as estratégias traçadas pela escola se efetivem na prática.

4.1 O abismo entre passado e presente...

As coordenadoras pedagógicas e as gestoras das escolas e creches comunitárias, ao serem questionadas sobre as principais reclamações das famílias diante da suspensão das aulas, relataram que muitas, principalmente as mães que trabalham como domésticas, reclamam de não terem onde deixar os filhos para ir trabalhar. Isso tem sido uma preocupação não só das famílias, mas também da comunidade escolar, uma vez que se trata de espaços de educação integral, onde, além do trabalho pedagógico, as crianças tinham acesso as três refeições diárias, e estas fazem falta, porque são refeições balanceadas e com o teor de vitaminas, proteínas, carboidratos e sais minerais adequados.

De acordo com as interlocutoras a partir da pesquisa a prefeitura, através da Seduc, entregou as chefes de famílias Vale Merenda, no valor de R\$ 45,00 para cada criança, destinado exclusivamente para a compra de alimentos. No entanto, compreende-se que este valor está aquém as necessidades das famílias, mas percebe-se como uma iniciativa válida para minimizar a falta que as refeições oferecidas nas escolas fazem no dia a dia das crianças. Ainda falando sobre faltas, o governo federal anunciou a liberação de recurso emergencial, uma medida de distribuição de renda, ainda que não seja o ideal, não deixa de ser um auxílio que para a maioria das famílias será o único aporte financeiro neste período de pandemia da Covid-19.

As coordenadoras pedagógicas e as gestoras compartilham das reclamações e preocupações das famílias, mas o que fazer com as escolas fechadas? Se as escolas não podem receber essas crianças, uma vez que o isolamento social é necessário para o controle da pandemia? O que tem sido feito, segundo elas, é orientar as famílias sobre a necessidade do distanciamento social para evitar a disseminação do vírus, e elaborar atividades que possam ser desenvolvidas em casa com ajuda de alguém. Uma prática importante, orienta a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2020a, p. 17), “[...] é que os professores se mantenham em contato virtual com os pais de crianças e adolescentes, na medida do possível, para dar apoio”. Um grupo no *WhatsApp*, pontua a referida campanha, pode ser utilizado para troca de informações sobre atividades complementares e acompanhamento coletivo da turma e que,

Na tentativa de minimizar o impacto da suspensão das aulas, profissionais da educação, familiares, estudantes e comunidade em geral têm utilizado como alternativa serviços e aplicativos comerciais de comunicação como o Zoom; o Hangouts; ambientes educacionais da empresa Google, como o Google Classroom; e ambientes virtuais de aprendizagem para se comunicarem, por meio de lives utilizando vídeos

ou mensagens instantâneas e também para compartilharem materiais de estudos e realizarem atividades (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020b, p. 10).

Estratégias essas que têm sido bastante utilizadas nos diferentes níveis de ensino. No entanto, um dos impactos mais profundo da Covid-19 na escola, conforme relatam as coordenadoras pedagógicas e as gestoras interlocutoras com a pesquisa, é o distanciamento dos alunos do ambiente escolar. As ausências refletem intensamente na vida de todos, a alteração na rotina causa prejuízo no desenvolvimento social e cognitivo dos estudantes. Afirmam ainda que um dos maiores desafios tem sido fazer com que as famílias compreendam a importância da rotina de estudo em casa e ajudar os filhos no desenvolvimento de atividades complementares. Segundo elas, não porque os pais não queiram fazer, mas por não saberem orientar os seus filhos no desenvolvimento das atividades propostas pela escola. E por mais que as professoras elaborem vídeos e a maioria dos pais possuam aparelho celular, os dados móveis não são suficientes para participar de web conferência, baixar vídeos informativos e de apoio pedagógico.

Tanto as coordenadoras pedagógicas quanto as gestoras relataram haver um abismo entre os partícipes do processo educativo – gestor, professores, auxiliares de classe, pais/responsáveis – no uso pedagógico dos aparatos tecnológicos digitais conectados à internet. “Dessa forma, torna-se inócua ou improdutivo a introdução de recursos digitais na educação para a aprendizagem e a gestão, se os educadores e os gestores não desenvolverem anteriormente competências de uso do ferramental disponível, para a apropriação de informações e o gerenciamento do próprio trabalho” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018, p. 4) A pandemia tem revelado que a sociedade tem domínio de redes sociais, mas de tecnologias não e, assim como os alunos e familiares, os professores também têm dificuldades de utilizar tais aparatos como recurso pedagógico. Sobre isso, Avelino e Mendes (2020, p. 60) nos chamam a atenção para o fato de que:

[...] secretarias educacionais de ensinos pelo país recorreram às plataformas digitais e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para que os alunos da Educação Básica, desenvolvam em suas casas as atividades pedagógicas complementares. Todos esses acontecimentos recentes por conta da pandemia, estão revelando um problema crítico no Brasil [...], ligados a falta de formação inicial e continuada dos professores ou recursos tecnológicos no cotidiano escolar.

No que diz respeito as creches e escolas comunitárias do município de Camaçari, estas não possuem aparatos tecnológicos digitais conectados à internet o suficiente para atender as demandas cotidianas. A maioria possui computadores e impressoras que ficam na sala da secretaria, sendo bastante disputados pelo setor administrativo, coordenação pedagógica e professoras. Estas instituições de educação comunitária possuem tvs, DVD, som, aparelho de Datashow, mas têm dificuldade de operacionalizar um trabalho educacional conectado à internet. A maioria tem grupos de Whatsapp, onde as educadoras alimentam os grupos das salas com fotos e vídeos das aulas (com seus próprios celulares), fazendo o melhor que podem para promover uma educação conectada com as TIC. Antes, o *WhatsApp* vinha sendo utilizado como uma forma de tranquilizar as famílias e divulgar as atividades pedagógicas desenvolvidas, também o Instagram e o Facebook, onde cada professora, juntamente com a coordenação pedagógica, alimenta a pasta da sua turma.

Segundo as interlocutoras com a pesquisa, faltam aparatos tecnológicos digitais conectados à internet e quando têm, as professoras não estão qualificadas ou familiarizadas com o seu uso. Todas têm celular, mas é subutilizado por elas como recurso pedagógico. Mesmo assim, utiliza-se dele para baixar vídeos do youtube, acessar as redes sociais, porém, por falta de formação não têm a curiosidade em buscar aplicativos que as auxiliem no seu fazer pedagógico. Será por que a dinâmica da escola não permita, por estar imbricada em uma educação infantil tradicional, onde pouco se fomenta tecnologias digitais na rotina dos pequenos? Ou será pela falta de conhecimento mesmo? Como se sentem estas professoras diante de um momento onde as tecnologias digitais se tornaram peças fundamentais para que a educação chegue até os alunos em suas casas? Entende-se que é preciso lhes proporcionar as condições necessárias para que possam utilizar os aparatos tecnológicos digitais conectados à internet com recursos pedagógicos que potencializam a ação educativa, assim como estimulá-las a reflexão crítica sobre a sua prática. Suponha-se que falta a elas compreender que os saberes da experiência no ato de fazer educação vão se moldando diariamente, e assim constrói-se uma enorme rede de saberes/fazeres.

Informaram ainda que o contato da equipe gestora com os órgãos gestores da prefeitura municipal e parceiros, tem sido através do *WhatsApp*, e-mails, telefone, redes sociais (*Instagram* e *Facebook*) e vídeo conferência, apenas uma das onze organizações possui fanpage. Ressaltam ainda que tanto a equipe gestora quanto as professoras, das escolas e creches comunitárias, têm utilizado em seu trabalho de home office, computadores, notebook e celulares pessoais, uma vez que

faltam aparatos tecnológicos digitais nos espaços comunitários que deem suporte ao trabalho desenvolvido. Segundo a coordenadora Chiquinha Gonzaga, “[...] nossa instituição não dispõe de recursos tecnológicos para dar suporte a nossa equipe de trabalho, estamos utilizando notebook e celular nossos”.

Pontuam que a coordenação pedagógica tem acompanhando as professoras via reuniões on-line, grupo de *WhatsApp*, enviando por e-mail textos para leitura, assim como no atendimento aos pais que solicitam de forma particular via telefone e/ou e-mail. Em outras palavras, as formações continuadas das professoras e as orientações pedagógicas estão sendo realizadas via atividades remotas utilizando-se dos aparatos tecnológicos digitais conectados à internet. Assim, como ressalta Oliveira e Souza (2020, p. 22), “[...] percebe-se que a necessidade de se reinventar é premente em tempos de crise. A COVID-19 tem tornado essa demanda ainda mais clara e urgente, especialmente por não termos como definir até quando essa situação de crise nos deixará em condições de distanciamento social”.

4.2 O abismo diminuído pelas tecnologias digitais...

As tecnologias digitais tornaram-se recursos pedagógicos essenciais neste período de distanciamento social. Em tempo recorde os professores/as que não eram tecnológicas precisaram se reinventar, deixar os seus preconceitos e resistências ao uso pedagógico dos aparatos tecnológicos digitais, potencializando, desta forma, a suas práxis pedagógicas. E, assim, adquirindo novas habilidades e competências necessárias para o uso das tecnologias digitais enquanto recursos pedagógicos. A pandemia da Covid-19, podemos asseverar, ampliou expressivamente a importância e contribuição do uso das TICs na educação básica. No entanto, para Avelino e Mendes (2020, p. 58):

A Cultura Digital ou Cibercultura é um grande desafio do Ministério da Educação, dos estados e municípios, pois sabem que a proposta tange a favor da educação de qualidade. É notório que escolas públicas ou privadas sem o fomento a essas culturas, dificilmente se estenderá aos lares, pois há uma lacuna entre o uso pessoal como divertimentos (redes sociais ou jogos) e o uso pedagógico no processo de ensino e aprendizagem. De fato, a mediação pedagógica quanto essas tecnologias fazem toda diferença, pois mais do que saber utilizar esses recursos, é saber como usá-los de forma dialética e em prol da educação. Percebe-se que diante da atual conjuntura sobre o COVID-19, os responsáveis educacionais buscam manter as aulas a todo custo. Contudo, diante do exposto, e professores sem formação em tecnologias, muitos alunos no país sem conexão à internet e o conhecimento de aplicativos educacionais, a tentativa não atingirá as metas ou a qualidade do ensino, que o país tanto carece.

Nesta perspectiva, a Secretaria de Educação do município de Camaçari lançou o projeto ‘Mais e Melhor Educação: em Casa’, uma plataforma, no site da prefeitura municipal, com uma curadoria de livros, vídeos e possíveis atividades para toda a educação básica, onde qualifica tanto os professores/as da rede quanto as professoras do coletivo de escolas e creches comunitárias, complementando essa formação que parte das instituições comunitárias já vinha realizando.

É sinalizado no projeto a responsabilidade social de manter a população de Camaçari informada, com acesso a diferentes formas de conhecimentos e com o objetivo de apoiar e contribuir para a manutenção da rotina de estudos em casa, por meio de um plano semanal de atividades, utilizando ferramentas e recursos tecnológicos disponíveis e acessíveis ao público interessado (site, e-mail, *Facebook* e *Instagram* da Seduc) (CAMAÇARI, 2020). Para a coordenadora Narcisa Amália, “a iniciativa desse projeto expedido através do portal da Seduc será de grande valia para a motivação das famílias com as tecnologias digitais”. Não só das famílias, mas dos alunos e dos profissionais da educação. Porém, a realidade socioeconômica da maioria das famílias atendidas pelas escolas e creches comunitárias, torna difícil o acesso a essas tecnologias e à internet.

As escolas e creches comunitárias vêm elaborando atividades pedagógicas para serem realizadas em casa pelos alunos e kit com material didático entregue aos pais/responsáveis. Cabe destacar que as atividades são planejadas para cada 15 dias e que as orientações sobre execução das atividades têm sido muito significativas para as famílias, pois apreendem a importância da educação em casa, ressaltam as interlocutoras. Saliendam ainda que cada instituição de educação comunitária conduz seu planejamento de acordo a realidade onde está inserida, no entanto, seguindo as orientações da curadoria da Seduc.

O apoio principal sobre as atividades remotas tem sido através dos informes enviados para os pais/responsáveis (roteiro de atividades remotas) e através dos grupos do *WhatsApp*, onde cada professora envia as explicações, geralmente

através de vídeos. As interlocutoras com a pesquisa enfatizam que repensar paradigmas faz-se necessário e que é importante lembrar que este repensar tem sido realizado ao mesmo tempo que vai sendo colocado em práticas as estratégias traçadas por cada unidade escolar, verificando na prática o que dá certo para cada faixa etária. O termômetro, segundo elas, tem sido as respostas e o engajamento das crianças na realização das atividades propostas.

Conforme relatam as gestoras e as coordenadoras pedagógicas, no início, o maior desafio foi explicar para as professoras que é possível garantir, conforme preconiza a BNCC, os seis direitos de aprendizagem - Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se - através das aulas remotas para os bebês, crianças pequenas e bem pequenas, dentro dos cinco campos de experiência - O eu, o outro e nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamentos e imaginação; Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações. O pensamento limitado das professoras em relação a desenvolver atividades remotas com as crianças pequenas, certamente, tem a ver com a forma como era pensada a educação dos pequenos no passado. Após fazerem a primeira vídeo aula, as professoras, até então resistentes, passaram a perceber o uso das tecnologias digitais com um outro olhar, com o olhar de possibilidades, e se deram conta que a educação tem ampliando os horizontes no pensar e fazer educacional nessa nova era, denominada de era digital. Nesse sentido, as escolas e creches comunitárias não podem deixar os seus alunos excluídos de uma rotina escolar, mesmo que em um ambiente fora da escola. Como pontua a UNESCO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016, p. 35):

Precisamos de uma abordagem holística à educação e à aprendizagem, que supere as dicotomias tradicionais entre aspectos cognitivos, emocionais e éticos. Superar a dicotomia entre aprendizagem elementares e de outras formas é cada vez mais reconhecido como elemento essencial para a educação. Isso é válido mesmo entre aqueles que se concentram na mensuração do resultado da aprendizagem escolar.

Esse entendimento da UNESCO traz para análise crítica as diversas e diferentes formas de pensar e fazer educação neste momento de pandemia e dicotômico entre presencial e virtual, e que tem o mesmo objetivo, desenvolver cognitivamente aprendizagens dos alunos, mas agora com a participação ativa das famílias. Nessa direção, quando questionadas sobre a importância da Secretaria de Educação do Município desenvolver formação dos profissionais da educação que os habilitem a desenvolver ações pedagógicas juntos as famílias de forma remota, as interlocutoras com a pesquisa responderam ser necessário, já que os/as professores/as não estão familiarizadas com o uso das tecnologias digitais para tal objetivo.

É importante que os profissionais recebam a formação por parte da Secretaria de Educação e os mesmos estando aptos possam desenvolver o trabalho com os alunos em parceria com as famílias, até porque nossa clientela ainda não domina às Tecnologias. (Gestora Tarsila do Amaral).

Acho importante, mas esse processo na nossa instituição não é feito pela secretaria a qual temos uma parceria inclusive no processo de formação presencial, todo o nosso trabalho no momento atual de pandemia e a formação remota é realizado pela a ONG mantenedora da nossa escola. (Coordenadora Zilda Arns).

Essa ação mantém viva o compromisso com a Educação, mantendo a interação e o diálogo, muito embora não substitua o convívio social necessário ao desenvolvimento como um todo e não garanta atingir um grande número de pessoas, porém nesse momento de isolamento é uma forma de dar continuidade a essa parceria favorável ao equilíbrio do sistema educativo. (Coordenadora Bertha Lutz).

De máxima importância, pois desse modo, a comunidade escolar não se coloca tão distante dos alunos e familiares, e juntos, pensamos em como atender as famílias que não possuem acesso à mídia social, diminuimos o impacto negativo causado nas famílias pela falta do convívio social. E, ao mesmo tempo, orientamos em como, algumas situações conflitantes que se apresentem podem ser resolvidas. Vale salientar que, nesse momento, deveria ser disponibilizado e treinado também, equipes multidisciplinares para atender as famílias, já que muitas delas a convivência normalmente é quase inexistente. (Gestora Enedina Marques).

Percebe-se nas falas acima a importância da formação continuada por parte do contratante, no caso a prefeitura municipal através da Seduc, mesmo porque tal formação é realizada com todas as educadoras da rede e isso permite trocas de experiências pedagógicas. Um momento muito rico, em que experiências são partilhadas, no entanto, uma ação complexa em sua realização.

4.3 O abismo continua, ninguém sabe como será e o que esperar do futuro...

Mesmo com todo empenho por parte das instituições de ensino comunitário, segundo a Gestora Anita Garibaldi, a manutenção do convênio com a prefeitura é incerta, “não temos nenhuma garantia das escolas e creches comunitárias continuarem com este contrato de prestação de serviço”. O impacto negativo há, porém, caso o contrato de convênio não seja renovado as 1500 crianças camaçarienses, atendidas por essas instituições de ensino, terão prejuízos ainda maiores, não só pedagógico, mas social e psicologicamente.

Ninguém sabe como será e o que esperar do futuro, mas uma coisa é certa, a garantia do direito a educação, uma vez que a Constituição Federal, em seu artigo 205, diz que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, [2016], online). É nessa perspectiva que as escolas e creches comunitárias do município de Camaçari têm desenvolvido as suas ações educativas. Respaladas no artigo 213 que diz: “Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação” (BRASIL, [2016], online).

A suspensão do convênio com a prefeitura, caso aconteça, prejudicará o atendimento educacional as crianças carentes que têm nas escolas e creches comunitárias uma possibilidade de inclusão socioeducacional, sem contar que o município não dispõe de escolas o suficiente para atender a demanda da Educação Infantil.

Um momento tenso sem muito norte em relação ao calendário escolar sem implicação a contento do Ministério da Educação e também do Conselho Nacional de Educação e com uma Medida Provisória descabida assinada pelo Presidente da República, que trata em igual condições de acesso as atividades remotas o aluno do ensino superior e o da educação infantil. (Coordenadora Chica da Silva).

Esta inquietação foi sanada em parte com o parecer do CNE 05/2020, porém como o mesmo sinaliza, os estados e municípios organizarão seus calendários levando em considerações as suas realidades, as instituições de ensino comunitários estão aguardando o posicionamento do Conselho Municipal de Camaçari, sobre as horas letivas. Nessa direção, a Campanha Nacional pelo Direito a Educação observa que “[...] é possível planejar, de forma conjunta com famílias, profissionais da escola e secretarias de educação, propostas de flexibilização do cumprimento dos 200 dias letivos, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), garantindo, porém, as 800 horas-aula previstas. O objetivo é minimizar os prejuízos aos estudantes diante da suspensão das aulas” (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020b, p. 17). Assim, entende-se que este momento é de resguardar a saúde pública, porém faz-se necessário pressionar os órgãos e profissionais competentes, em todos os níveis de governo, a traçarem diretrizes norteadoras de modo a garantir o direito à educação.

O momento atual tem evidenciado o abismo educacional que separa os grupos socioeconomicamente mais favorecidos dos grupos menos favorecidos. Nessa direção, a quebra de contrato por parte do governo municipal ocorrerá em inúmeras consequências para a população de baixa renda em diferentes aspectos, principalmente no aspecto socioeducacional, considerando que a garantia do direito à educação é uma forma de minimizar as desigualdades que permeia a sociedade brasileira. Assim sendo, compartilha-se do pensamento de Oliveira e Souza (2020, p. 22) ao afirmarem que,

[...] é preciso ter em mente que as políticas públicas criadas nesse contexto de crise devem contemplar as diferentes realidades brasileiras. Para isso, mesmo que em caráter de urgência, em função da necessidade de se chegar o quanto antes a efetivação de estratégias, os debates devem ser intensificados com todos os envolvidos no processo.

As políticas públicas precisam garantir a todas as pessoas os direitos básicos e a educação é um desses direitos, e não as excluir como forma de reduzir gastos.

Toda a população precisa se posicionar e dizer não aos desmandos dos governantes no que diz respeito as negligências de direitos garantidos na legislação, em particular a garantia do direito à educação escolar. No caso específico deste estudo, o direito à educação infantil, primeira etapa da educação básica que tem sido, ao longo da história do país, uma etapa colocada em segundo plano tanto pelo governo federal quanto pelos governos estaduais e municipais. E diante do cenário atual, tem se mostrado carente de maior atenção por parte dos governantes.

5 Considerações Finais

O coronavírus e a pandemia de Covid-19 evidenciaram a existência de muitos abismos no campo educacional que separam os grupos socioeconomicamente mais favorecidos dos grupos menos favorecidos, principalmente no que diz respeito ao uso pedagógico de aparatos tecnológicos digitais conectados à internet. Aparatos esses que têm sido uns dos principais meios para que a educação escolar aconteça de forma remota no contexto atual.

O estudo revelou a fragilidade do município de Camaçari, o qual possui produto interno bruto que figura entre um dos maiores do Estado da Bahia e da Região Nordeste, que depende do coletivo de escolas e creches comunitárias para efetivar as políticas públicas de educação infantil. Serviço prestado que não isenta o governo municipal em construir escolas para atender as demandas dessa etapa da educação.

Revelou ainda que as/os profissionais que atuam nas instituições comunitárias de ensino têm se reinventado na busca de sistematizar propostas educacionais que diminuam os abismos que separam as aulas presenciais das aulas remotas. Abismos que têm sido minimizados com o uso dos aparatos tecnológicos digitais conectados à internet.

Enfim, uma questão que fica é: o que esperar do futuro pós-pandemia no campo educacional? Uma incógnita que paira na vida de muitas pessoas, principalmente dos atores das escolas e creches comunitárias do município de Camaçari diante das incertezas da manutenção do convênio com a prefeitura, assim como das famílias que têm nessas instituições a opção mais segura para deixar seus filhos enquanto trabalham para manter o sustento do lar. Instituições essas que, para além do trabalho pedagógico desenvolvido, cuida também da alimentação e higienização das crianças por elas atendidas.

Referências

- ALVES SOBRINHO, Raquel; ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Os espaços educacionais comunitários como lugar de inclusão social de criança em situação de vulnerabilidade. *In*: NEVES, Bárbara Coelho Neves; CORREIA, Patrícia Carla da Hora. (Orgs.). **As tecnologias e o contexto da educação inclusiva**: problematizações em espaços educacionais. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.
- AVELINO, Wagner Feitosa Avelino; MENDES, Jessica Guimarães. A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56-62, maio, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3759679>. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/AvelinoMendes>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jun. 2020.
- CAMAÇARI. **Projeto Mais e Melhor Educação em Casa**. 2020. Disponível em: <http://seduc.camacari.ba.gov.br/portal/funcao.php?url=emcasa.php>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO. **COVID-19, Educação e Proteção de crianças e adolescentes**: comunidade escolar, família e profissionais da educação e proteção da criança e adolescente. Guia para tomadores de decisão, volume 1, março de 2020a. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19_Guia1_FINAL.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.
- CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO. **COVID-19 Educação à Distância**: informe-se e saiba como agir, cobrar e trabalhar pela educação de maneira colaborativa. Guia para tomadores de decisão, volume 3, abril de 2020b. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19_Guia3-EaD_FINAL.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº. 05 de 30 de abril de 2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: https://www.sesesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP_5_2020.pdf. Acesso em: 07 maio 2020.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MENSAGENS e ações importantes a Covid-19, prevenção e controle em escolas. Mar., 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51955/OPASBRACOV1920015_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 jun. 2020.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 09-30.
- OLIVEIRA, Hudson do Vale de; SOUZA, Francineire Sales de. Do conteúdo programático ao sistema de avaliação: reflexões educacionais em tempos de pandemia (COVID-19). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 15-24, maio 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3753654>. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/OliveiraSouza>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Repensar a educação**: rumo a um bem comum mundial. Brasília, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244670>. Acesso em: 28 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Gestão da Educação Pública com Uso de Tecnologia Digital**: Características e Tendências. Brasília, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000266239>. Acesso em: 28 jun. 2020.

Artigo submetido em: 20/06/2020.

Aceito em: 30/06/2020.

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia



Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia](#) da [Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade quadrimestral.